



Varia Historia

ISSN: 0104-8775

variahis@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Brasil

Silva, Marcos

Vida privada e interdisciplinaridades. Dois exemplos em contrastes da intimidade
contemporânea

Varia Historia, vol. 22, núm. 36, julio-diciembre, 2006, pp. 329-346

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384434818006>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Vida Privada e Interdisciplinaridades*

dois exemplos em *Contrastes da intimidade contemporânea*

Private life and multidisciplinary studies
two examples in Contrasts of contemporary intimacy

MARCOS SILVA
FFLCH/USP - Livre-Docente
Caixa Postal 26097 - São Paulo - SP - 05513-970
marcossilva.usp@uol.com.br

RESUMO Esse artigo discute dois ensaios de cientistas sociais sobre a vida privada brasileira no século XX. Ele analisa suas concepções de tempo histórico e interdisciplinaridade. O texto aponta conquistas e limites nesse diálogo entre Ciências Sociais e Conhecimento Histórico.

Palavras-chave vida privada, interdisciplinaridade, Brasil, século XX.

ABSTRACT This article discusses two essays by social scientists about the Brazilian private life in the 20th century. It analyses their historical time and their multidisciplinary studies conceptions. The text points out vanquishments and limits in this dialogue between Social Sciences and Historical Knowledge.

Key words private life, multidisciplinary studies, 20th century Brazil.

* Artigo recebido em 17/02/2006. Autor convidado.

O volume coletivo *Contrastes da intimidade contemporânea*, organizado por Lilia Moritz Schwarcz, conclui a série de livros “História da vida privada no Brasil”, dirigida por Fernando Novais.¹ Seus autores debatem diferentes experiências históricas entre meados e final do século XX - Boris Fausto e Ângela de Castro Gomes recuam mais no tempo.

Esses colaboradores são: três antropólogas, uma cientista política (dividindo a tarefa com um jornalista), uma demógrafa, dois sociólogos e três historiadores (um deles em parceria com um economista). A organizadora do livro justificou tal maioria de não-historiadores como adequada ao “próprio predomínio percebido nos estudos do período posterior aos anos 30. (...) poucos profissionais da área [História] vêm se dedicando, de forma prioritária, à análise da ‘história imediata’” (C/C, p 7).

Embora o argumento seja duvidoso, diante do grande número de pesquisas a respeito da contemporaneidade — e mesmo do imediato - nos programas brasileiros de Mestrado e Doutorado em História,² a seleção de Schwarcz encontra respaldo na prática interdisciplinar que marca toda pesquisa histórica do século XX, e até hoje — 2006 -, ao menos a partir da *Escola dos Annales* (o periódico erudito francês foi fundado em 1929), sem negligenciar a tradição ensaística e os polígrafos brasileiros, desde antes daquela revista, como Sylvio Romero, Euclides da Cunha e, a partir dos anos 20 do século XX, Luiz da Câmara Cascudo e Gilberto Freyre, dentre outros.

Quais as concepções de historicidade com que trabalham aqueles cientistas sociais? Quais as concepções de sociabilidade operadas pelos historiadores? Existem efetivos diálogos interdisciplinares História/Ciências Sociais ou simples monólogos parasitários de cada disciplina em relação à outra?

Este artigo aborda dois daqueles ensaios, realçando a importância do esforço para se superar uma História sem preocupações conceituais, que transcendam o imediato empírico, e umas Ciências Sociais sem fundamentação em experiências específicas do tempo, que superem racionalizações teóricas.³

Em *Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar*, Maria Hermínia Tavares de Almeida, cientista política, e Luiz Weis, jornalista, indicam recortes desde o título: melhoria no padrão

1 SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 (História da vida privada no Brasil - 4). Daqui por diante, o livro será citado no corpo do texto como C/C.

2 CAPELATO, Maria Helena (Coord.). *Produção histórica no Brasil (1985/1994)*. São Paulo: Xamã, 1995, 3 volumes. Talvez, Schwarcz tome como referência apenas a historiografia publicada pelas grandes editoras, que é uma parcela restrita - e mais representativa como mercadoria - da produção na área.

3 Cf. as reflexões, bem anteriores à expansão editorial da História da Vida Privada, de: GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia — O que é a Sociologia?* Tradução de Lupe Cotrim Garaude e José Arthur Giannotti. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

de consumo (carro zero); ameaça de um instrumento de tortura (pau de arara); fazer oposição ao regime militar; ser de classe média.

Eles reafirmam o caráter militar do regime, tendência predominante em sua memória instituída, na maior parte da bibliografia especializada e na boa consciência de civis. Foram relegadas: a importância de personalidades e instituições civis (Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Roberto Campos, Delfim Neto, Paulo Maluf, o jornal *O estado de São Paulo*, o IPES e o IBAD); as relações entre militares e estrutura de classes; e as diferenças entre militares — os dois últimos temas figuram em livros publicados por Werneck Sodré nos anos 60, e que uma parte daquela classe média leu.⁴

Os Autores dizem que o ensaio deixou “de fora (...) os políticos profissionais do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a Igreja [Católica] e ainda as oposições sindicais e populares de modo geral” porque “(...) é escassa a literatura disponível no que diz respeito à interação vida pública-vida privada, que é o que mais interessa aqui”. (IDEM, p 326). Existe, entretanto, farta bibliografia sobre os sujeitos mencionados e espaços como Associações de Amigos de Bairro, Sindicatos e Comunidades Eclesiais de Base; a Imprensa do período (com destaque para a alternativa) não deixou de refletir sobre faces daquela interação; MDB e Igreja Católica eram importantes referências para a “classe média intelectualizada”.

A abertura do texto assume um sabor de lembrança um pouco ficcional, alcançando um efeito de ideal-tipo: um grupo de amigos, profissionais com formação universitária, assiste, na televisão, à final da Copa do Mundo de 1970, versão brasileira futebolística de um Time dos Sonhos, e torce contra o Brasil, mesmo achando que “aquela seleção (...) merecia ganhar todas as Copas em todos os tempos” (C/C, p 321).

Comigo me desavim fora o título (extraído de um poema de Sá de Miranda) de um espetáculo musical de Maria Bethânia, em 1967, sob a direção de Fauzi Arap. Aquela “classe média intelectualizada” rejeitava a ditadura sem participar da resistência armada nem do Partido Comunista Brasileiro. Torcer daquela forma era enfrentar, na intimidade, uma adesão de parte da classe ao regime. Uma fração da classe média encarnava seu ser (pois continuava a integrá-la) e seu outro num só corpo. A “classe média intelectualizada” não era adesista, militar, militante, sequer comunista: era o quê?

Os escritores não analisam o incentivo e o aplauso de parcelas dessa classe ao golpe⁵ (havia, naquele momento, e haveria depois, uma “classe média intelectualizada” de direita, caso do “Comando de Caça aos Comunistas”) e falam genericamente que “setores da população comemoravam a queda do governo constitucional”, tema visível em fotografias — repro-

⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. IDEM. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

⁵ O *Correio da Manhã* publicou o editorial “Basta!”, contra Goulart, no dia 31 de março de 1964.

duzidas sem discussão. Eles enfatizam o apoio dos “estratos mais conservadores da sociedade” ao regime, sem os identificar.

Uma periodização da ditadura é formalmente proposta pelos dois:

1) 1964/1968 - “(...) os dois primeiros presidentes militares concederam razoável liberdade de movimento às oposições” (*C/C*, p 328). Uma ditadura, por definição, é sempre limite de liberdade. Agrediram presos políticos desde o 1º de abril. O que é, então, essa “razoável liberdade”? É possível que Maria Hermínia e Luiz se tenham deixado seduzir pela personalidade de Castelo Branco, primeiro ditador: culto, poliglota, admirado por norte-americanos, vivendo num apartamento de classe média.⁶ O argumento de ditadores concedendo liberdade é memória instituída de ditaduras. Uma análise crítica poderia identificar doses de liberdade enquanto conquista de seus usuários: garantidas por artistas e públicos, em música popular e teatro; vitórias de quem fazia cada passeata; grupos de esquerda surgindo ou sobrevivendo com seus próprios pés...

2) 1969/1974 - Os piores momentos da ditadura, com mais cenas explícitas de violência - torturas, desaparições, mortes. Mas também foi o tempo do “milagre econômico”: emprego, ascensão social e consumo (o “carro zero”) para alguns; concentração de renda e baixos salários para muitos. Nesse fogo cruzado, Maria Hermínia e Luiz mencionam o “desconforto bilioso e persistente [da ‘classe média intelectualizada’] com o cotidiano contaminado pela prepotência que descia do Planalto e se derramava pelas planícies” (*C/C*, p 333). A ditadura, nessa metáfora, derivava apenas do Palácio do Planalto, ocupado somente por militares. Alguns escritórios, lojas e salas de aula de Bagé, Salvador, Londrina, Manaus, Campina Grande, Corumbá e mais lugares, no entanto, também destilavam venenos anti-democracia. Os autores introduzem o tema da “mudança dos padrões de conduta privada (...) Para a geração da classe média de esquerda (...)” — novos hábitos sexuais, consumo de drogas etc. (IDEM, p 333). “Classe média intelectualizada” vira sinônimo de “de esquerda” (*C/C*, p 333). E as mudanças não ficaram restritas a ela — são de “geração”.

3) 1975/1984 - “rumo ao governo civil” (IDEM, p 335), quando o avesso da ditadura é anunciado como coisa de governo. Almeida e Weis fazem um paralelo com o primeiro momento ditatorial, em termos da fluidez repressão/debate. São apontados como importantes marcos desse momento: a

6 Thomas Skidmore definiu Castelo Branco como “um scholar”: “A História do Brasil — O passado do país está sendo escrito em inglês”. Veja. São Paulo: Abril, 168: 32/38, 24 de novembro de 1971. Elio Gaspari, também fascinado, alinha aqueles e outros traços refinados do personagem (caligrafia, eloquência): GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002 (As ilusões armadas — 1). Na série de entrevistas que deu para o CPDOC/FGV, Geisel traçara perfil similar de Castelo Branco: D'ARAUJO, Maria Celina, e CASTRO, Celso Castro. Ernesto Geisel. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. Resenhei os livros de Gaspari e D'Araújo/Castro: SILVA, Marcos. “Jornalismo retrospectivo e quase-História: Imaginem se a ditadura fosse desavergonhada!”. *Revista ADUSP* São Paulo: ADUSP, 34: 80/84, maio de 2005. IDEM. “Filtrada a Voz, Ouvir os Resíduos”. *Projeto História*. São Paulo: PUC/SP, 22:425/429, junho de 2001.

nova valorização da democracia pela classe média; sua aproximação do MDB (não podia ter sido deixado “de fora”!); o movimento pela Anistia; as eleições diretas para governador; as reuniões anuais da SBPC; e o movimento pelas “Diretas Já” (eleição para presidente). Não mencionam: as greves desde o final dos anos 70 (inclusive, de professores e jornalistas); os movimentos contra a carestia (governo Geisel) e o desemprego (governo Franco Montoro, MDB, São Paulo); nem o surgimento de novos partidos e seu primeiro ingresso — ou reingresso, no caso dos pré-existentes que um dia tiveram registro formal — na legalidade. A valorização da democracia poderia ser confrontada com sua desvalorização a partir do argumento golpista: montar uma ditadura como forma de ser democrata.

Nessa periodização da etapa final, consequências de uma adesão sem críticas à memória instituída se aprofundam: a ditadura continua restrita a sua face castrense; movimentos sociais e vozes partidárias com projetos diferentes do vitorioso somem. Derrotados não foram apenas os sujeitos da ditadura, alguns até muito valorizados na nova etapa política — José Sarney, Antonio Delfim Neto etc.

A articulação mais direta entre atividade profissional e prática política de oposição é identificada em Direito, Produção Artística e Cultural e Jornalismo.

Com o crescente número de envolvidos em processos baseados na Lei de Segurança Nacional, a necessidade de apelar para advogados se ampliou, levando muitos destes profissionais a atuarem, simultaneamente, em tribunais e movimentos de oposição. Suas condições de trabalho se tornaram mais difíceis após o AI-5, incluindo pressões e ameaças sobre eles e convocações para deporem.

A Produção Artística e Cultural sofreu a ação da censura, com proibição ou mutilação de filmes, espetáculos de teatro e música, livros e canções. Almeida e Weis salientam a maior perturbação crítica provocada por obras que pertenciam à cultura de massas — “não se tratava de manifestações de uma Grande Arte, rarefeita e acessível apenas aos iniciados” (C/C, p 341). Mas tópicos de Grande Arte foram censurados: *O vermelho e o negro*, de Stendhal, e *Um bonde chamado desejo*, de Tennessee Williams. E um salto dos produtos críticos foi diluir ou anular a distinção cultura de massas/Grande Arte.⁷

Os jornalistas de oposição surgiram, nesse universo, como assalaria-dos, com o risco de demissão (que os tornava suspeitos), embora alguns merecessem certo apoio de seus empregadores, pela qualidade do trabalho ou pelo prestígio que traziam aos veículos onde atuavam. Destacaram-se a modernização técnica da Imprensa e a aprovação generalizada do regime

⁷ É o caso de melodias, harmonias e ritmos de Baden Powell e Edu Lobo; de letras de Chico Buarque e Caetano Veloso; de quadrinhos de Ziraldo e Henfil; do humor gráfico e textual de Millôr Fernandes.

pelos grandes órgãos. A Imprensa Alternativa apareceu brevemente (um pouco mais na reprodução fotográfica de exemplos), associada à produção sob censura e, no caso da aparição de *Movimento*, ao conflito entre o proprietário do jornal *Opinião* e seu editor. Não mereceram maior atenção as cooperativas e os sindicatos de jornalistas.⁸

Identificaram-se como fontes de informação privilegiadas pela Imprensa as do poder, donde a importância de boas relações com os “poderosos da hora” (IDEM, p 359), garantindo o conhecimento de tópicos sigilosos, que davam prestígio até quando mantidos inéditos. Eram papéis dos jornalistas críticos “informar e fazer pensar” (C/C, p 358). Apesar de esforços, avaliou-se que a notícia nascia desvitalizada ou, quando muito, cética, o que incluía ataques à esquerda (faltou lembrar que alguns jornais possuíam longa tradição de direita, sem vínculos com esse ceticismo conjuntural). E havia temas inegociáveis: política econômica, resistência armada e PCB.

Maria Hermínia e Luiz citam o economista Roberto Campos, que foi ministro do Planejamento no regime: “É sumamente melancólico — porém não irrealista — admitir-se que, no albor dos anos 60, este grande país não tinha senão duas miseráveis opções: ‘anos de chumbo’ ou ‘rios de sangue’” (texto de 1998, C/C, p 352). Como o parágrafo continua com um registro sobre a concepção utilitária de democracia pela esquerda, o leitor pode ser levado a identificar em Campos um democrata melhor. Faltou refletir sobre a função auto-legitimadora daquela fala, que repôs argumentos dos golpistas. Não se quis ver que os rios de sangue jorraram dos anos de chumbo, quer literalmente (torturas, assassinatos), quer em desdobramentos mais “sutis” — arrocho salarial, maiores desigualdades sociais, perdas de espaço público. E caberia demonstrar que todos os grupos de esquerda tinham o mesmo conceito utilitário de democracia, num momento em que surgiam tantas e tão diversificadas novas tendências nesse campo político.

O ensaio fala numa “Cultura do protesto” própria à universidade (assembleias, atos públicos, greves, passeatas, leituras), usando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP como maior referencial. A universidade surge na condição de ponto de encontro dos jovens politizados e ponto de partida para outros espaços (sindicatos, cinemas, teatros), reforçando a identidade entre “classe média intelectualizada” e academia. Embora o caráter elitista da USP seja enfatizado, ela também figurou como “aberta à classe média” (IDEM, p 363), sem se lembrar como era pequena, no conjunto nacional (e até paulistano) dessa classe, a parcela que ali chegava. Maior efervescência foi identificada nos cursos de Direito e Filosofia. Dentre os grupos políticos mais atuantes, mereceram destaque o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Juventude Universitária Católica/Ação Popular (JUC/AP),

8 KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários — No tempo da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991. O livro de Kucinski é citado no ensaio, sem exploração dessas facetas.

a Política Operária (POLOP) e os trotskistas ligados à IV Internacional. A crítica ao reformismo do PCB foi associada à opção pela luta clandestina.

Almeida e Weis realçam como essa cultura se mesclava, no cotidiano, com a política. Sobre os hábitos sexuais, por exemplo, apontam visões masculinas (desde relações simultâneas com várias parceiras até à descoberta sensível de que era melhor fazer amor com uma namorada), aparecendo menos os olhares femininos sobre essa questão, exceto num viés de segurança ou no surgimento de figuras públicas, caso de Leila Diniz.

Após a grande crise representada pelo AI-5 e a onda repressiva que se lhe seguiu, Maria Hermínia e Luiz registram o reaparecimento de grupos políticos opositos à ditadura no meio universitário, disputando eleições para centros e diretórios acadêmicos já no início dos anos '70. Havia características um pouco diferenciadas daquelas anteriores: eram mais locais que nacionais; a universidade privada se expandiu; e surgiram novos *campi*, mais centralizados e controláveis, para as públicas. Outra novidade foi pretender fazer algum tipo de oposição ao regime no plano do cotidiano (roupas, festas, reuniões), caso daquela torcida na Copa do Mundo de 1970.

A militância clandestina foi definida como oposição profissionalizada e em tempo integral, que englobava rompimento com relações sociais tradicionais e um isolamento de seus membros. Daí, a ideologia se tornar mais ritualística, reforço de laços no grupo restrito, dotada de menor contato com outros setores sociais. As diferentes organizações precisavam de "aparelhos", espaços onde abrigavam seus membros e equipamentos. Quem vivia nesses locais tinha atividades secretas, ao mesmo tempo em que procurava apresentar um dia-a-dia comum. Relações amorosas surgiam (ou se desfaziam, por questões de segurança e outras) ali. A instabilidade era regra.

Essa militância merece especial ênfase no ensaio, embora, no começo do texto, a "classe média intelectualizada" não fosse tão associada a ela. Como a classe não é definida nem quantificada com clareza (Almeida e Weis falam apenas em ocupações e formação universitária, e evocam as pessoas processadas durante a ditadura — *CIC*, p 326), torna-se impossível avaliar seus percentuais que entraram nesse universo ou lhe deram algum apoio.

Os autores descrevem alguns traços do ser militante: conhecer minuciosamente a área de ação; garantir contatos com companheiros; manter sigilo sobre identidade e moradia; evitar anotações e lembranças de nomes e endereços. O acúmulo de tensões e as rupturas nas regras de segurança — passeios, visitas — eram consequências daquelas atitudes.

Havia grande rigidez ideológica entre os militantes, que envolvia sessões de crítica e autocritica e sentimentos de culpa quando se desejava abandonar tal mundo. Um trecho do livro *Em câmera lenta*, de Renato Tapajós, traduz esse universo como uma Cultura do martírio próxima de certa tradição

cristã: "... meu compromisso é com os mortos e com os que vão morrer." (citado em C/C, p 386). Essa proximidade possui um risco universalista, talvez involuntário: todos iam (e vão) morrer, inclusive os opressores! Mas Tapajós fala dos companheiros de luta, uma espécie de elite privilegiada de oposição.

Embora o ato de ser preso (que muitas vezes significava seqüestros, desaparições, a falta de informações, torturas, até mortes) fosse previsível, o susto, quando ocorria, sempre se manifestava. Entre os militantes, antes da prisão, cultivava-se a resistência à tortura como um dever. Estar preso era perder a privacidade, não ter noção de noite e dia, do passar do tempo. A reação dos aprisionados englobava: solidariedade com companheiros; dividir comida, remédios ou qualquer coisa que minorasse sofrimentos; cantar juntos; contar histórias e piadas. Almeida e Weis sublinham o esforço de quem estava na prisão para reconquistar alguma privacidade, o que, no ensaio, quase equivale à condição humana. A busca de recordações era um desses caminhos, que poderia ser confrontado aos exercícios anteriores de esquecimento intencional. Como muitos dos presos eram assassinados ou desapareciam, estar formalmente numa prisão significava ter um destino reconhecido pelo governo. As celas coletivas implicavam, às vezes, em convívio entre militantes de diferentes grupos, o que contribuía para tensões e recriminações recíprocas.

Os prisioneiros procuravam definir uma rotina nessa situação, que incluía "exercícios físicos, limpeza e arrumação da cela, leituras, atividades manuais, jogos, televisão, cursos, debates" (C/C, p 395). Os dias de receber visitas assumiam caráter especial, tanto pela preparação dos presos (roupas, cuidados com cabelos, maquiagem) como pelo contato com outras pessoas, inclusive crianças. Quando um deles era solto, os que ainda permaneciam entoavam canções de despedida e havia trocas de presentes.

Maria Hermínia e Luiz realçam as mudanças nos costumes familiares e nas relações entre gêneros nesse contexto político, considerando-as — sem demonstração — mais intensas na "classe média intelectualizada". Eles entendem que a participação política incluía o cotidiano familiar. Ao mesmo tempo, lembram como a ditadura julgava a "dissolução dos costumes" uma estratégia da esquerda. O general Milton Tavares de Souza chegou a dizer: "O movimento hippie foi criado em Moscou" (citado em IDEM, p 404), isso num mundo que conhecia as profundas alterações do cotidiano no segundo pós-guerra, largamente difundidas pelo cinema e pela canção norte-americanos.

O dia-a-dia da "classe média intelectualizada" englobava cuidados: com o que se dizia na presença de empregadas domésticas; com a opinião de vizinhos sobre atividades na casa de pessoas de esquerda; com o que os filhos destas podiam comentar na escola e outros espaços. Além de a separação de casais ter-se tornado mais freqüente, é também lembrada

a ampliação da divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres. Algumas destas sustentavam a família, enquanto os parceiros se dedicavam integralmente à militância; filhos não conviviam com os pais ou os conheciam por codinomes; e parentes se encontravam raramente, com extrema dificuldade. O apoio de pais e mães a militantes perseguidos ou presos assumiu grande importância; alguns daqueles parentes até aderiram à militância, e essa situação teve como desdobramento o Movimento pela Anistia.

Embora recordem a associação entre maior uso de drogas e desinteresse pela política, os autores admitem “conotação anti-autoritária” nessa e noutras formas de “busca da verdade pessoal” (C/C, p 405). Caberia lembrar suas faces coletivas: sessões grupais de consumo; estilos de compra e venda dos produtos usados (incluindo contatos com lugares e pessoas de outros níveis sociais); e uma cultura que incluía tipos de roupas e música.

O conceito de “classe média intelectualizada” é pouco esclarecido ao longo do escrito. Seus integrantes trabalhavam com o intelecto — mas todo ser humano faz isso!⁹ Outros setores de classe média (não-intelectualizados? de apoio à ditadura?) nunca aparecem, o que torna a primeira parcela uma fantasmagoria, parte de um todo que se desconhece. As demais classes sociais figuram vagamente, donde esse conceito perder o teor de relação. A ênfase isolacionista naquela fração de classe média pode levar o leitor a pensar que apenas (ou prioritariamente) ela sofreu os graves efeitos da ditadura, e esquecer dos desdobramentos de políticas econômicas e sociais, intensamente danosas para a população mais pobre.

Finda a ditadura, a “classe média intelectualizada”, vista no texto como privilegiada portadora de vida privada, vai para o paraíso, o purgatório ou o inferno? Se ela continua monopolizando a memória de lutas e sofrimentos contra o regime, só pode estar — heroína e mártir — no céu! Tudo foi um pesadelo de militares sem classe.

Num peculiar “não ao não”, apagando o prefixo negativo no verso final da canção “Infelizmente”, de Lamartine Babo e Ary Pavão (lançada em 1932 e regravada por Nara Leão em 1968), o leitor pode concluir, aliviado e se solidarizando com Almeida e Weis: “Felizmente, sou da classe média”.

“Ou não!”¹⁰ (não ao não ao não): nem tudo é classe média.

9 Sobre os intelectuais e o pensamento, duas leituras bastante diferentes eram acessíveis a essa classe média: GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966 (Perspectivas do homem — 12). LÉVI-STRAUSS, Claude — “A ciência do concreto”, in: *O pensamento selvagem*. Tradução de Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar. São Paulo: Cia. Editora Nacional/EDUSP, 1970, pp 19/55.

10 “Eu digo não ao não” é um verso de: VELOSO, Caetano. “É proibido proibir”, gravado pelo Autor, com acompanhamento dos Mutantes, no compacto simples *É proibido proibir/Ambiente de Festival*, 365.257 PB. Rio de Janeiro: Phillips, 1968, lado 1. “Ou não!” é o verso que encerra o refrão de: GIL, Gilberto. “Cultura e civilização”, vozes de Gal Costa e do Autor, no disco *Gal Costa*. R 765.098 L. Rio de Janeiro: Phillips, 1969, lado 1, faixa 3. A gravação de “Infelizmente” pela cantora Nara Leão consta de seu lp *Nara Leão*. R 765.051 L. Rio de Janeiro: Phillips, 1968, lado 2, faixa 1.

O ensaio *Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano*, de Esther Hamburger, socióloga e colunista na Imprensa periódica, aborda o veículo e o gênero como partes ativas de experiências históricas dos anos '50 a '80. Ausência de preconceitos contra os referenciais e superação conceitual do estatuto de mero "reflexo da sociedade" são suas primeiras conquistas.

A autora salienta a forte presença da televisão em todo o território nacional, em áreas urbanas e rurais e em diferentes grupos humanos. Partindo do Jornalismo, Esther apela freqüentemente para a memória pessoal e profissional de programas e tendências, apresentando uma boa iconografia (fotogramas de cenas), gráficos e outros recursos similares para tornar mais palpáveis suas interpretações. Não fala sobre as dificuldades de acesso à documentação para uma pesquisa dessa natureza, devido à perda de acervos (incêndios, falências, descasos de emissoras) ou às barreiras impostas pelos arquivos privados dos diferentes canais (regras draconianas para consulta, cobrança de valores altos quando se autoriza esse contato). Como as telenovelas são imagens em movimento, dotadas de som e, desde os anos '70, de cores, os fotogramas em branco e preto, reproduzidos nesse livro, são insuficientes, sozinhos, como documentação, embora possam ser os únicos vestígios de algumas produções. Os Museus da Imagem e do Som, existentes em várias cidades brasileiras, costumam sofrer pela falta de recursos para preservação de coleções e para a consulta adequada daquelas que detêm.

Hamburger entende a disseminação do veículo como capaz de eliminar "algumas barreiras sociais e geográficas" no país (C/C, p 440), ao mesmo tempo em que são reproduzidas desigualdades e discriminações existentes, exemplificando com a excessiva presença de brancos na programação, pouco condizente com os percentuais de negros e mulatos na população brasileira.

Em 1997, antes de o texto ser publicado, a atriz negra Isabel Fillardis fora a protagonista de *Xica da Silva*, da TV Manchete; depois, Taís Araújo protagonizou a novela *Da cor do pecado*, na Rede Globo, em 2004; o cantor negro Netinho de Paula apresentou o programa *Domingo da gente*, na Rede Record, desde 2001 e até 2006; o seriado *Malhação*, também da Globo, diversificou ligeiramente as cores de seus jovens protagonistas — estudantes de classe média, incluindo negros e nissegens; mais negros e mulatos têm figurado em anúncios televisivos de diferentes produtos e serviços, como personagens de classe média. Essas mudanças correspondem à maior força de negros e mulatos no mercado brasileiro (a revista *Raça* surgiu em novembro de 1997, cresceu a oferta de cosméticos para quem não é branco), e também são conquistas afirmativas contra as referidas discriminações.

Esther lembra que a televisão brasileira “capta, expressa e constantemente atualiza representações de uma comunidade nacional imaginária” (IDEM, p 441), pondo em contato grupos humanos diferenciados e mesmo distantes entre si. Nessa perspectiva, o veículo difunde informações, fortalece o consumo e constitui novo espaço público no âmbito da vida privada.

No caso das novelas, Hamburger entende que elas ultrapassaram o público feminino inicial, divulgando, a partir dos anos ‘70, tramas predominantemente urbanas, que tomaram as classes médias como referencial e alvo, além de enfatizarem a ascensão social como saída para desigualdades. Caberia lembrar o predomínio das megalópoles do sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) como modelos de Brasil, às vezes mescladas a um nordeste um pouco pasteurizado — há um sotaque nordestino cênico, falado apenas em telenovelas! Essa característica, associada à consolidação de bordões e outras formas de expressão próprias a cada novela, podem assumir o papel de etnocídio via telecomunicações, contribuindo para diminuir a pluralidade cultural existente no país. O cineasta Pier Paolo Pasolini comentou a desaparição de dialetos próprios aos diferentes bairros romanos, quando a televisão se implantou na Itália.¹¹ No Brasil, hegemonia da televisão e perda da Cultura popular se misturam com escassez e freqüente inacessibilidade (preços, horários de funcionamento) de instituições culturais eruditas — casas de concerto, museus, bibliotecas etc.

A escritora aponta as décadas de ‘70 e ‘80 como o auge do gênero no país. Depois, com o aparecimento de tv a cabo, vídeo-cassete e mais canais abertos, as telenovelas perderam audiência, embora continuem a ocupar importante papel na programação.

Desde que surgiram no Brasil (anos ‘50), os canais privados de televisão contaram com financiamentos governamentais para aquisição de equipamentos. Essa relação se aprofundou com a ditadura de 1964, quando as telecomunicações passaram a ser consideradas dimensão estratégica da política. Na década de ‘70, a televisão se consolidou como veículo de massa, em escala nacional. Hamburger avalia que a Rede Globo foi a principal beneficiária dessa situação, potencializando propaganda e marketing, usando o trabalho de “um grupo de criadores de esquerda vindos do cinema e do teatro” (C/C, p 455) — seus integrantes não são identificados nominalmente, com a possível exceção do escritor Lauro César Muniz (“Fiel a seus ideais de esquerda nacionalista...”, IDEM, p 760).

O ensaio considera esse crescimento da televisão articulado a outras transformações brasileiras do período, como maior urbanização, industrialização, proletarização do trabalho rural e mudanças na estrutura familiar. Ele avalia que as novelas contribuíram para o debate público através da

¹¹ PASOLINI, Pier Paolo. *Écrits corsaires*. Tradução para o francês de Philippe Guilhon. Paris: Flammarion, 1976.

abordagem de demandas presentes na sociedade, questão exemplificada com o tema da corrupção, na novela *Vale tudo*, da Rede Globo, em 1988, que Hamburger associa ao posterior *impeachment* contra Fernando Collor. Houve rumores de que a novela global *Que rei sou eu?*, de 1989, era divulgação ampliada (nacional e mítica) daquele candidato, peça informal de sua campanha à presidência da república.

O fim da ditadura e da censura, para a autora, reforçou o peso dos critérios de mercado, próprios aos canais televisivos, que se tornaram os principais guias para suas opções de programação, donde a vantagem de menor vínculo explícito com vieses partidários ou de outras naturezas institucionais formalizadas (C/C, p 459). Não é citada a Rede Record, ligada à Igreja Universal do Reino de Deus, que tendeu a enfatizar menos essa associação, com o passar do tempo. Valeria a pena lembrar que tais instituições e o mercado não existem isoladamente, e que a aparente independência em relação a partidos políticos ou igrejas não significa desligamento absoluto: valores como propriedade e vitória do Bem são realçados e, freqüentemente, evocam argumentos de algumas daquelas entidades. Noutro trecho, Esther registra “negociação imaginária (...) que envolve autores, produtores, pesquisas de mercado, instituições como a censura, a Igreja e o público” (IDEM, p 475), evocando essas nuances.

As primeiras telenovelas brasileiras se baseavam em modelos hispano-americanos (às vezes, adaptavam sucessos cubanos ou argentinos), e eram exibidas em poucos dias da semana. Elas se tornaram diárias a partir de 1962, com a introdução do videotape. Naquelas novelas iniciais, a ação era freqüentemente situada em espaços e períodos exóticos, usando trajes e vocabulários muito formais.

Uma linguagem coloquial, associada mais diretamente à contemporaneidade brasileira e às estratégias de marketing dos canais, consolidou-se em 1968, com o sucesso de *Beto Rockfeller*, da Rede Tupi, que, principalmente pela via do humor, incluiu numa maior escala homens e jovens de ambos os sexos em seu público. A Rede Globo ampliou essa tendência, desdobrando-a na produção de objetos correlatos à trama (trilhas sonoras, livros etc.), concebendo as novelas integralmente como mercadorias.

O texto de Esther é sempre atento às peculiaridades de linguagem da televisão, um de seus maiores méritos. No caso dessa ligação entre narrativa e marketing, valeria a pena enfatizar como a publicidade foi-se transformando em acontecimento na trama, servindo para realçar caracteres dos personagens, ao mesmo tempo em que os produtos anunciados se apropriavam dos mesmos caracteres para serem mais aceitos pelos consumidores: marcas de materiais de construção, louvados pela protagonista de *Rainha do destino*, na Rede Globo, em 2004, são um dentre muitos exemplos disso. A telenovela, nesse aspecto, atualiza e amplia uma síntese, de sabor brechtiano, feita pela canção *Consumir é viver*, de Paulinho da Viola e Marcus Vinícius, em 1971:

“Consumir é viver, / Conviver é sumir”.¹² É como se, fora do consumo, não houvesse solução! Num país onde vastas parcelas da população continuam excluídas do mercado básico, tal ênfase tanto pode reforçar preconceitos contra os pobres quanto contribuir para ampliar a vontade de acesso a produtos e serviços — no último caso, uma forma bastante peculiar de pensar sobre direitos, com os riscos classicêntricos já assinalados.

Nas telenovelas brasileiras, a partir dos anos '70, problemas políticos e sociais surgiram articulados ao universo das relações pessoais, como tramas amorosas e questões familiares.

A imagem das personagens femininas sofreu significativas mudanças: de esposa em casamento estável como modelo indiscutível (anos '50 e '60), chegou-se, nas décadas seguintes, ao reconhecimento da mulher separada, que pode reconstituir a vida amorosa e profissional, possui profissão, não prioriza a maternidade e valoriza a realização pessoal. Relações sexuais antes do casamento e adultério sem maior culpa fizeram parte dessas inovações comportamentais que as novelas reforçaram, e que correspondiam a mudanças na sociabilidade brasileira e mundial desde os anos '60.

A presença masculina passou por menores alterações, exceto no que se refere à crescente visibilidade do corpo nu — principalmente, o tórax. Temas polêmicos, como reprodução assistida, casais gays de ambos os sexos e aborto, cresceram mais nesse contexto.

Esther nuança tais transformações, lembrando sua aparição inicial nas novelas globais das 22:00 horas, que incluíam alguma dose de experimentação temática e até questões socialmente mais ousadas. Foram os casos de *O grito* (1975) e *Sinal de alerta* (1978): na primeira, havia uma criança com grave distúrbio (gritar a qualquer hora do dia ou da noite), hostilizada pelos moradores de seu prédio, além de um profissional de classe média, solitário e discreto que, na intimidade, se travestia; e na outra, abordava-se a poluição ambiental e seus efeitos nocivos sobre a saúde humana. Sem esquecer de *Gabriela* (baseada no romance *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado, em 1975), cheia de sensualidade e com um elenco *all star*; nem das doses de “realismo fantástico” em *Saramandaia* (1976), também da mesma unidade de produção. Posteriormente, alguns desses recursos narrativos foram retomados e ampliados pela Rede Manchete (*Dona Beja*, de 1986, *Pantanal*, de 1990, e *Xica da Silva*, de 1997), e redistribuídos, pela Rede Globo, em seus demais horários, espalhando-se por outros canais.

Hamburger caracteriza a recepção das telenovelas como torcida, tendo em vista o peso assumido pelos comentários entre vizinhos, amigos e colegas de trabalho sobre personagens e tramas. Lembra, ainda, que aquele gênero narrativo se desdobra em pesquisas de opinião, revistas

¹² “Consumir é viver”, de Paulinho da Viola e Marcus Vinícius, gravada no disco *Paulinho da Viola*. SMOFB 3670. São Bernardo do Campo: EMI/Odeon, 1971, lado A, faixa 6.

especializadas, colunas de jornais, outros programas de rádio e tv, presença de atores na publicidade... A audiência atingida pelas novelas pesa nos encaminhamentos assumidos por seus enredos. Como o programa é escrito quase simultaneamente a sua transmissão, a analista salienta seu caráter aberto a sugestões vindas daqueles espaços.

Esse traço das telenovelas é sempre enfatizado por críticos, escritores e diretores do gênero. Caberia pensar um pouco mais sobre o caráter desse diálogo, que não significa poder decisório do público: a palavra final é da emissora (com suas estratégias de propaganda e marketing); a interação tem limites!

A comunidade imaginária virtual, elaborada nas telenovelas, assume características peculiares: mais branca e mais rica que a maior parte da sociedade brasileira, e dotada de possibilidades de ascensão social bem mais intensas que as observadas no país. Esther Hamburger interpreta essa dimensão como maior acesso da população pobre a alguns dos aspectos da vida dos ricos. Vale enfatizar que existem estruturas narrativas do folhetim sustentando aquela comunidade: vitória do Bem sobre o Mal, a solução justa de conflitos. O imaginário, portanto, serve também para legitimar as diferenças sociais existentes, através de perfis idealizados dos grupos sociais, que sempre aparecem desfrutar de um consumo superior ao que se observa empiricamente naquelas classes: os pobres possuem casas e aparência física de classe média, a classe média tem experiências de ricos, o sofrer dos ricos é destacado.

As conclusões da escritora retomam esse problema do reforço conservador, quando ela tanto destaca a capacidade interativa das novelas, tratando-as até como precursoras do gênero “*reality show*”, quanto lembra o papel discriminatório que os programas sensacionalistas ditos populares desempenham nos canais abertos, ao associarem a pobreza à violência e à barbárie: a comunidade imaginária reafirma divisões sociais e preconceitos.

Os textos de Maria Hermínia/Luiz e Esther colocam problemas diferentes para a discussão da interdisciplinaridade nos campos de Ciências Sociais e História.

As Ciências Sociais (assim como a História) não se constituem num campo de saber homogêneo. Diferentes opções teóricas, técnicas e mesmo políticas são elaboradas pelos diversos pesquisadores de cada área, o que se manifesta igualmente quando eles interagem com outros espaços de saber. Entramos em contato com múltiplas concepções de Ciências Sociais e de História, quando lemos um livro como *Contrastes da intimidade contemporânea*. A própria noção de interdisciplinaridade muda quando temos um historiador associado a um economista, historiadores, antropólogas, uma demógrafa ou sociólogos escrevendo sozinhos e uma cientista política em parceria com um jornalista.

No caso da última dupla, o sujeito social estudado é uma fração de classe (“classe média intelectualizada”), durante a ditadura brasileira de 1964/1985. Hamburger dedicou-se à experiência nacional de um gênero narrativo num veículo de comunicação, com maior ênfase na etapa que julga mais dinâmica: anos '70 e '80.

Esther faz referências à política ditatorial sobre telecomunicações, articulando-a a seu campo temático. Maria Hermínia e Luiz quase nunca citam a televisão (exceto no episódio de abertura do escrito, evocando a Copa do Mundo de 1970) nem mencionam as novelas, embora valesse a pena pensar sobre aqueles profissionais de esquerda que delas participaram como escritores, diretores, atores ou técnicos e de algumas iniciativas, nessa área, dedicadas a um público com maior poder de consumo.

Almeida e Weis sugerem a abrangência nacional do debate sobre aquela fração de classe, mas seu referencial empírico é quase só paulistano. Certamente, essa é uma opção legítima, que exige, todavia, ser explicitada para que não se confundam deduções feitas a partir da Rua Maria Antonia e do Presídio Tiradentes com práticas de todo o país. Uma pequena alteração no título (algo como “Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar em São Paulo”) talvez contribuisse para diminuir tal ambigüidade.

A cientista política e o jornalista não demonstram familiaridade com discussões recentes do Conhecimento Histórico sobre o Local e o Regional, que valorizam criticamente esse gênero de saber e ultrapassam vieses apenas ideológicos, outrora dominantes entre muitos de seus defensores.¹³ Daí, a ênfase (oculta) em São Paulo surgir quase como um embaraço para os dois, quando poderia se tornar um caminho muito frutífero de estudo, sem anular as diferenças de ser “classe média intelectualizada” no interior do Piauí, no litoral de Santa Catarina ou numa capital do Centro-Oeste, por exemplo.

Hamburger, em contrapartida, apresenta informações sobre o número de aparelhos de televisão por domicílio num nível nacional, dentre outras questões, mas pouco reflete sobre a crescente centralização da produção televisiva em geral, e das novelas em particular, no sudeste brasileiro, ainda maior com as inovações tecnológicas dos anos '70 e a transmissão para todo o país, via satélite, em tempo direto, que eliminaram boa parte da programação local e regional anteriormente existente. Ocorreram novas mudanças, em sentido contrário, com a introdução da tv a cabo e de múltiplos

¹³ Algumas reflexões críticas sobre História Local e Regional são desenvolvidas em: SAMUEL, Raphael. “História local e História oral”. Tradução de Zena Winona Eisenberg. *Revista Brasileira de História* (História em quadro-negro). São Paulo: ANPUH/CNPq/Marco Zero, 19: 219/243, set 1989/fev 1990. GOUBERT, Pierre. “História local”. Tradução de Maria Lúcia Lamounier. *História & Perspectivas*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 6: 45/57, jan/jun 1992. SILVA, Marcos. “A História e seus limites”. *História & Perspectivas*. Edição citada: 59/65. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras Artes*. Recife/São Paulo: Massangana/Cortez, 1999.

pequenos canais abertos, que, todavia, não alteraram substancialmente aquele predomínio das grandes redes sediadas no sudeste. Ligeiras exceções a essa regra centralizadora costumam ser os programas jornalísticos e esportivos (mesmo nas emissoras filiadas às redes), um pouco mais regionalizados; e os canais culturais e universitários, que, todavia, sofrem de penúria para produzir e se atualizar tecnologicamente, até num estado com orçamento público respeitável como São Paulo.

Maria Hermínia e Luiz utilizam Imprensa periódica e textos memorialísticos (ou ficções a partir de memórias) como documentação central, junto com bibliografia analítica. Trata-se, evidentemente, de referencial clássico numa pesquisa histórica sobre o passado recente, que fez parte da experiência imediata dos autores — mesclando, portanto, a sua memória pessoal. Faltam, quase sempre: reflexão crítica sobre esse material; e alguma incursão pela História Oral, uma vez que muitos dos personagens indicados (ou omitidos) estão vivos e atuantes na política brasileira.

A discussão das relações entre Memória Social e Conhecimento Histórico é outro viés metodológico ausente em “Carro zero e pau de arara”.¹⁴ Tratar os documentos como base de dados, e não como construções sociais, leva a perigosas misturas com as falas ou ações de seus personagens, caso do comentário feito por Roberto Campos. De repente, um ensaio analítico sobre a oposição de classe média à ditadura apenas repete um porta-voz da ditadura! A crítica aos documentos históricos não se confunde com sua desqualificação. Ela serve para qualificá-los socialmente, garantir o entendimento do que quiseram dizer e fazer, dentro de determinadas relações de poder, e deixar claro o que o historiador quer fazer e dizer, a partir deles — sem necessariamente os endossar! Muitos profissionais de História já discutem documentos como parte do fazer acontecer, e não como “provas do que aconteceu”.

Essa crítica de documentação e de Memória Social ajuda a definir o tempo histórico como o elaborar de uma datação enquanto memória socialmente fixada, em disputa com outras memórias mais ou menos silenciadas, e não como uma datação automática (encaixe de eventos num calendário pré-estabelecido). Não é ocasional que a ditadura seja lembrada por Almeida e Weis na condição de militar, inclusive no título do ensaio.

Criticar essa memória não é inverter o sinal (dizer que a ditadura era civil), mas transformar a memória-certeza em problemáticas de conhecimento: A ditadura era apenas militar? Os militares existiam separadamente dos civis? Militares e “classe média intelectualizada” são grupos reciprocamente exclu-

14 BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de História”, in: *Magia e Técnica, Arte e Política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985m pp 222/232. VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. São Paulo: HUCITEC/USP, 1997. LE GOFF, Jacques, et al. *História e Memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

dentes ou possuem traços em comum? Quanto a ditadura tinha de militar e de civil? Quando e em qual ritmo houve alianças, traições e abandonos recíprocos entre esses grupos? A análise da construção da memória triunfal sobre o fim da ditadura (o autoritarismo esclarecido de Geisel e Golbery, calcado na sacralização de Castelo Branco), das mágoas e queixas finais de Médici sobre o descrédito que seu governo mereceu nessa etapa (desmoralização do “milagre econômico”, denúncia de torturas, desaparições e mortes) e dos argumentos do tipo “não tive nada com isso”, depois da queda, poderiam ajudar a entender mais aqueles meandros.

Uma questão que surgiu posteriormente à publicação de *Diluindo fronteiras*, mas merecedora de considerações quando se aborda seus temas, é a do controle público sobre as emissoras de televisão. O projeto de criação da Agência Nacional de Cinema e Áudio-Visual (ANCINAV), na primeira década do século XXI, suscitou reações muito negativas desses setores, que acusaram o órgão de dirigismo estatal, embora, no caso da televisão, os canais sejam concessões públicas. Tais tensões sugerem uma vontade, nas empresas do ramo, de não prestarem contas à sociedade sobre suas linhas de atuação, malgrado esse caráter de concessão pública e os financiamentos privilegiados que os canais sempre mereceram do Estado brasileiro. O espaço público de debate, que Esther identificou nas telenovelas, encontra fortes limites na esfera do interesse privado das empresas que operam esse ramo das Comunicações.

A ditadura aparece, aos olhos de Maria Hermínia e Luiz, como coisa de governo, enquanto a sociedade, idealizada naquela “classe média intelectualizada”, é o lugar da oposição ao regime. Essa divisão de tarefas entre governo e sociedade impressiona mais quando se pensa sobre a desqualificação dos movimentos sociais, com o fim da experiência ditatorial, o aparecimento de órgãos de governo dedicados a grupos sociais específicos (delegacias da mulher, secretarias ou assessorias voltadas para negros e gays etc.) e a ascensão dos argumentos neoliberais. É como se, depois do período estudado por Almeida e Weis, sociedade e espaço público autônomos não fossem mais necessários, com o risco de repor a clássica pergunta do personagem de Dostoiévski, diante da possível inexistência de Deus: “Então, tudo é permitido?”¹⁵ E esse depois começou a ser preparado naquele antes.

O eclipse dos movimentos sociais também pode ser usado como referência para os papéis da televisão e de suas novelas no espaço público. Existem iniciativas de teor social que os canais abertos têm assumido, recentemente, falando em cidadania e solução de problemas da população, inclusive através de campanhas em telenovelas. Um ocasional atendimento

¹⁵ DOSTOIÉVSKI, Fiodor. *Os irmãos Karamazov*. Nova versão anotada de Natália Nunes e Oscar Mendes. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1975, pp 489/1101 (Obras completas — IV).

odontológico, registro civil ou realização de exames preventivos contra câncer da mama, por exemplo, são bem-vindos para quem não costuma ter acesso a esses serviços e direitos. Os problemas daí derivados são: pagar um alto preço pelo merchandising dos canais (“Cidadania: a gente vê por aqui”, de acordo com o slogan da Rede Globo, como se a cidadania fosse uma das mercadorias ali oferecidas); e perder de vista que aqueles e outros serviços e direitos são obrigações de Estado, pagos pela população — Impostos e demais Tributos —, submetidos a algum controle pelos cidadãos (eleições), enquanto as entidades privadas os prestarão ou suspenderão quando e como bem o quiserem.

Pensar sobre os horizontes da interdisciplinaridade, representados por esses dois textos, significa não apenas apontar limites dos campos de conhecimento que fazem parceria com a História, mas também refletir sobre dificuldades desta quando trabalha problemáticas em comum com as Ciências Sociais. É o caso, nesse livro, da sociedade brasileira entendida como São Paulo (*Imigração: cortes e continuidades*, de Boris Fausto), da política brasileira reduzida a suas elites (*A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado*, de Ângela de Castro Gomes) e do imaginário da modernidade brasileira apresentado como experiência imediata perdida (*Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*, de João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais).

A partir do amistoso questionamento recíproco que esse livro suscita, os saberes em discussão (História, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Demografia, Jornalismo) podem sair ampliados.

Com a condição de não se ignorarem.